



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681079 - SP (2021/0224511-8)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO PEREIRA LEITE - SP349333
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS AURELIANO ROCHA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS AURELIANO ROCHA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução n. 0006199-28.2021.8.26.0996).

O paciente cumpre pena de 6 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão em regime inicial fechado, em razão de condenação definitiva pela prática do crime de roubo majorado, por três vezes, na forma do art. 70 do Código Penal.

O pedido de livramento condicional foi deferido pelo juízo da execução criminal, sendo a decisão cassada pelo Tribunal de origem, em razão do inadimplemento do requisito subjetivo.

Nesta via, a impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois a orientação adotada pelo juízo da execução, no sentido de que o sentenciado deveria passar obrigatoriamente pelo regime intermediário, antes de pleitear o livramento condicional, contraria a jurisprudência do STJ acerca do tema.

Acrescenta que a gravidade abstrata do delito não pode servir de fundamento para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada. Nesse sentido, ratifica que o paciente preenche o requisito subjetivo para a concessão do benefício.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferido o livramento condicional do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente